

A COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE MINIMIZAÇÃO DA DEGRADAÇÃO DOS SOLOS EM ÁREAS DESTINADAS A IMPLANTAÇÃO DE PEQUENAS USINAS HIDRELÉTRICAS

Nilvania Aparecida de Mello

Francine Herpich

Flavia Ostapiv

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Resumo: Os processos de degradação do solo e do ambiente são muito freqüentes em área atingidas pela implantação de usinas hidrelétricas, mesmo naqueles casos em que o empreendimento é de pequeno porte. Geralmente o simples anúncio do potencial para implantação de uma obra desta natureza é suficiente para gerar insegurança entre os moradores e muitas vezes iniciar um ciclo de degradação. A comunicação social tem papel relevante neste processo, seja enquanto instrumento de informação, que deverá dirimir dúvidas e evitar a propagação de boatos infundados, seja enquanto possibilidade educativa. O presente trabalho procura abordar esta ultima possibilidade, considerando o que preconiza a legislação vigente no que tange ao papel da comunicação previsto na Resolução CONAMA 279. Como base empírica, para tentar elucidar-se algumas das questões teóricas levantadas, realizou-se um trabalho de verificação expedita da degradação ambiental em duas microbacias do rio Chopim. Os resultados obtidos permitem afirmar que o processo de implantação de uma usina hidrelétrica, ainda que de pequeno porte, gera um impacto significativo nas comunidades rurais, direcionando novas formas de manejo e conservação do solo. Neste sentido, a possibilidade da comunicação social como atividade educativa chega muito tarde, somente na fase de licenciamento. Embora esta seja potencial para ações de cunho educativo, é importante que a mesma seja conduzida de forma adequada, considerando anseios e características próprias de cada uma das comunidades atingidas, procurando em primeiro lugar estabelecer um elo de confiança, para então avançar no sentido da educação para a preservação e conservação do solo e do ambiente.

Palavras-Chave: *Comunicação educativa, comunidade rural, erosão, licenciamento*

Abstract: The degradation process of soil and environment is very frequent in areas affected by the implementation of hydroelectric power station, even in those cases where the enterprise is a small hydro. Usually the announcement of a high potential to allocate an enterprise of this nature is sufficient to generate insecurity among residents and often begin a cycle of degradation. The media has an important role in this process, as an instrument of information, which should clarify doubts and prevent the spread of rumors. It is also an educational possibility when properly used. This paper tries to explor this last possibility, considering what the main legislation, Resolution CONAMA 279, proposes about the role of communication. As an empirical basis, to elucidate some of the theoretical issues raised, it was made a Quick Environmental Inventory to asses the degradation level in two microbasins of Chopim River. The results obtained shows that the deployment process of a hydroelectric power station, though small, creates a significant impact on rural communities, addressing new forms of management and soil conservation. The possibility of the media as an educational activity comes too late, only in the licensing phase. Although this is potential for educative actions, it is important that it be conducted appropriately, considering expectations and characteristics of each of the affected communities, seeking first to establish a bond of

trust, and then move towards education for the preservation and conservation of soil and the environment.

Key Words: *Educational communication, rural community, erosion, environmental licence.*

INTRODUÇÃO

A comunicação é atividade essencial das sociedades modernas, através dela é que é possível a resolução de conflitos, o repasse de saberes e informações e a mediação dos mais diversos fazeres sociais, além de significar uma via dupla, que tanto leva quanto traz informações dos/aos atores envolvidos no processo.

A implantação de hidrelétricas segue normas e toda sua construção é regida por licenças ambientais. De um lado o meio ambiente e a sociedade impactada, de outro, as empresas detentoras de concessões que autorizaram a exploração de recursos hídricos para a geração de eletricidade. A comunicação, em seus aspectos formais e informais, surge neste cenário como mediadora dos embates entre as partes envolvidas.

De acordo com a legislação do Paraná, a função da comunicação neste processo é de informar, para que a população diretamente atingida e suas lideranças consigam acompanhar o processo, contribuindo para a minimização do impacto social que obras desse tipo causam nas comunidades.

No entanto, em muitos casos o que se percebe é exatamente o efeito contrário, ou seja, a população ao ser avisada da iminência da implantação de uma hidrelétrica não apenas não consegue acompanhar o processo como inicia um ciclo de degradação ambiental, respaldado na iminência da perda da propriedade ou da mudança de local. Em função disto é comum em áreas consideradas prioritárias para a implantação de Usinas Hidrelétricas (UHs) a aceleração da remoção da reserva legal e permanente, a retirada de sistemas de conservação do solo como terraços e murundus, o regresso ao plantio convencional e o intenso revolvimento do solo. Esse cenário torna-se propício para a intensificação dos processos erosivos e conseqüente redução da qualidade e produtividade do solo.

Como geralmente o anúncio da implantação de UHs é feito com muita antecedência, o processo às vezes pode estender-se por mais de uma década, desde a divulgação do potencial até a implantação, acaba surgindo um ciclo de empobrecimento devido a degradação dos recursos naturais. Um exemplo típico é a bacia do Rio Chopim, situada na região sudoeste do Paraná, para a qual existe a previsão de implantação de 12 empreendimentos de geração de energia hidrelétrica (COPEL, 1999). Os estudos preliminares, de divisão de queda, foram

encaminhados à Agência Nacional de Energia Elétrica em 1999, sendo então seguidos dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

A comunicação adquire nesta situação uma função primordial: ao mesmo tempo que informa, deve educar, para evitar processos de degradação social e ambiental. Deve preparar a comunidade atingida para as mudanças socioeconômicas que ocorrerão devido ao processo de construção/implantação da UH, sem no entanto distanciar-se do papel de fomentar lideranças que atuem como interlocutores. Deve dar atenção aos anseios da comunidade mas também informar sobre os possíveis benefícios e contribuições que a implantação do projeto pode trazer.

Percebe-se que são muitas as tarefas atribuídas a comunicação, porém ela só passa a ser obrigatória a partir da fase de licenciamento do empreendimento, quando já pode ser tarde demais para reverter os processos de degradação.

O objetivo do presente trabalho é avaliar como a comunicação, preconizada na Resolução CONAMA 279, de 27 de junho de 2001 pode auxiliar na mitigação dos impactos decorrentes do anúncio de implantação de uma UH.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica para mapear estudos de comunicação já realizados sobre a área. Em seguida foram sistematizadas as principais correntes teóricas, elucidando as diferentes formas de abordagem existentes. A partir disso foi elaborada uma análise do panorama atual, especialmente no que concerne as experiências no Sudoeste do Paraná, cuja ilustração foi feita a partir dos casos existentes na bacia do Rio Chopim.

Dentre os problemas ambientais que decorrem da implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PHCs) focou-se naqueles relacionados ao uso e conservação do solo.

A partir dessa experiência, foram sistematizadas as informações que permitiram aceitar ou refutar a hipótese do trabalho de que existe a subutilização da comunicação no processo de implantação das usinas hidrelétricas.

BASE EMPÍRICA DO TRABALHO

O rio Chopim situa-se no sudoeste do estado do Paraná, sendo afluente da margem esquerda do rio Iguaçu. Suas nascentes do rio Chopim estão localizadas em altitudes acima de 1.200 m. A extensão total do curso principal do rio é da ordem de 450 km. Da nascente do

rio até em torno do km 209 a inclinação do leito é de aproximadamente 2,9 m/km, e desde este ponto até a foz a inclinação é aproximadamente 1,1 m/km. A bacia hidrográfica abrange uma área de 7.500 km² e desenvolve-se basicamente no sentido sudeste-noroeste (BURIAN, 2011). Este rio caracteriza-se pela presença de diversas corredeiras e cachoeiras, e pela conformação sinuosa (Figura 1) cheia de voltas e cotovelos. Possui 3 tipos de vegetação características: Ao redor das nascentes do rio, a paisagem é dominada pela Estepe Gramíneo-lenhosa, os Campos de Palmas. Ao longo da maior parte do curso do rio e cobrindo mais da metade da bacia, ocorre a Floresta Ombrófila Mista, ou Floresta com Araucárias. Já no final do curso do rio encontra-se a Floresta Estacional Semidecidual (Floresta do Rio Paraná). Estas regiões passaram por profundas descaracterizações de suas coberturas vegetais originais com a implantação da agricultura e pecuária. Devido ao leito bastante encaixado, o que facilita a construção de barragens, o rio Chopim tem sido alvo de inúmeros projetos visando a implantação de PHCs (COPEL, 2009).

Para os fins a que se pretende o presente trabalho, foram selecionadas duas comunidades que estão em vias de receber PHCs e foi feito um levantamento expedito para caracterizar a presença ou não de erosão. O levantamento foi feito percorrendo-se a microbacia a pé, e verificando-se a presença de erosão usando-se uma escala de pontos que gerava uma média para cada propriedade visitada (Tabela 1). Também foram pontuadas as estratégias de manejo e conservação do solo, tais como presença ou ausência de terraços, remoção de terraços, plantio morro abaixo, remoção da mata ciliar (reserva permanente) ou manejo da mesma e da reserva legal. Os dados de campo foram coletados entre os meses de abril, maio e junho de 2011.



Figura 1 – Aspecto do terço médio superior do rio Chopim. Observar a sinuosidade do traçado do leito. (Fonte: Google Maps)

Tabela 1 – Pontuação atribuída a indícios de instalação do processo erosivo e degradação ambiental.

Sinais de erosão	Pontuação obtida
Falha de ruptura na palhada	1
Ausência de palha sobre o solo	1
Selamento superficial	2
Presença de pequenos sulcos ao longo da encosta	3
Presença de sulcos médios ao longo da encosta	5
Presença de grandes sulcos ao longo da encosta	10
Presença de voçoroca	10
Presença de bancos de sedimentos ao longo da encosta	10
Estratégias de manejo e conservação do solo	Pontuação obtida
Área sob plantio convencional	5
Área em que foram removidos alguns terraços	5
Área sem terraços	10
Área com plantio morro abaixo	10
Reserva permanente e legal	Pontuação obtida
Reserva legal “manejada”	5
Reserva permanente “manejada”	5
Sem reserva legal	10
Sem reserva permanente	10

O selamento superficial aparente foi considerado como um indício da ocorrência de erosão entre sulcos, para pequenos sulcos considerou-se aqueles que em sua parte mais larga e profunda não excediam 10cm de largura ou profundidade, sulcos médios de 11 a 30cm e grandes aqueles maiores que 30 cm. Quanto a remoção de terraços, receberam nota cinco aquelas áreas em que era possível verificar que parte dos terraços haviam sido removidos. É uma prática comum na região retirar um ou dois terraços para deixar uma área livre maior. Foram consideradas reserva legal ou permanente “manejada” aquelas em que nitidamente houve corte de espécies dentro da área ou redução do tamanho da área ocupada para este fim.

Nas propriedades que atingiram nota superior a 50 pontos o agricultor foi entrevistado para verificar se as deduções obtidas com a pontuação obtida eram fundamentadas.

A entrevista foi feita de forma semi-estruturada, levantando questões como tempo de residência na propriedade, sistema de manejo do solo adotado, motivos que levaram as decisões tomadas pelo agricultor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Burian (2011), a situação atual de uso do solo da bacia do rio Chopim, resulta de uma série complexa de fatos econômicos e sociais, podendo ser basicamente dividida em duas regiões razoavelmente homogêneas. A primeira compreende a região do alto rio Chopim (região dos municípios de Palmas, Coronel Domingos Soares, Mangueirinha e oeste de Clevelândia e de Honório Serpa), é a menos alterada da bacia, possuindo ainda 30,65% de cobertura florestal, enquanto a região de jusante apresenta maior concentração de atividades antrópicas, com predomínio de atividades agrícolas (com ênfase na soja, no milho e no trigo) e pecuária.

A bacia do rio Chopim, em sua maior parte, é propícia para a utilização do solo para a agricultura, tendo grande parte da área mecanizável. Mas a agricultura colonial, marcada pelo policultivo de subsistência, ainda é muito praticada na região. Em muitos casos devido ao tamanho reduzido das propriedades (a média de tamanho esta em torno de 45 hectares, com moda de 40 hectares) os agricultores acabam utilizando áreas declivosas, impróprias para o plantio, para seus cultivos anuais resultando em grande potencial para a erosão e degradação ambiental. Em outros casos a área mecanizável da propriedade é aquela que deveria ser ocupada pela mata ciliar. Some-se a isso o fato de que a maior parte da mata ciliar da bacia esta degradada, e verifica-se que existe possibilidade de assoreamento do rio se as práticas de manejo do solo não forem revistas, e se as áreas de proteção permanente não forem restauradas. De acordo com a Lei 4771/65, ou Código Florestal, a mata ciliar para cursos d'água com mais de 50 metros de largura (caso do rio Chopim), é de 100 metros em cada margem, mas pode-se observar ao longo de todo o curso do rio que a lei não está sendo cumprida, ao contrário, existem diversos locais que foram desmatados até a margem do rio, tanto para a alocação de lavouras quanto de pastagens.

Segundo Burian (2011) a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, realizou o Estudo do Inventário Hidrelétrico da Bacia do rio Chopim entre os anos de 1997 a 1999, visando identificar a melhor alternativa de divisão de queda para fins de geração de energia.

Com base neste estudo, o rio Chopim poderia sediar cerca de 12 empreendimentos para geração de energia hidrelétrica, sendo 5 usinas hidrelétricas – UHs - e outras sete pequenas centrais hidrelétricas - PCHs (menos de 30 MW de potência instalada) . Em conjunto, estas usinas aproveitariam uma queda de 604 m de um total inicialmente estudado de 620 m, totalizando 525 MW de potência instalada (BURIAN, 2011). Duas destas usinas, A UH São João e a UH Cachoeirinha, estão em via de licenciamento ambiental para serem implantadas.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO

Das 57 propriedades visitadas somente 17 obtiveram pontuação abaixo de 50, indicando que os processos de degradação ambiental, se presentes, ainda não são visualmente detectados.

Entre os problemas mais frequentes (Figura 1) estão a presença de sulcos de erosão, a remoção de terraços e a remoção ou “manejo” da mata ciliar.

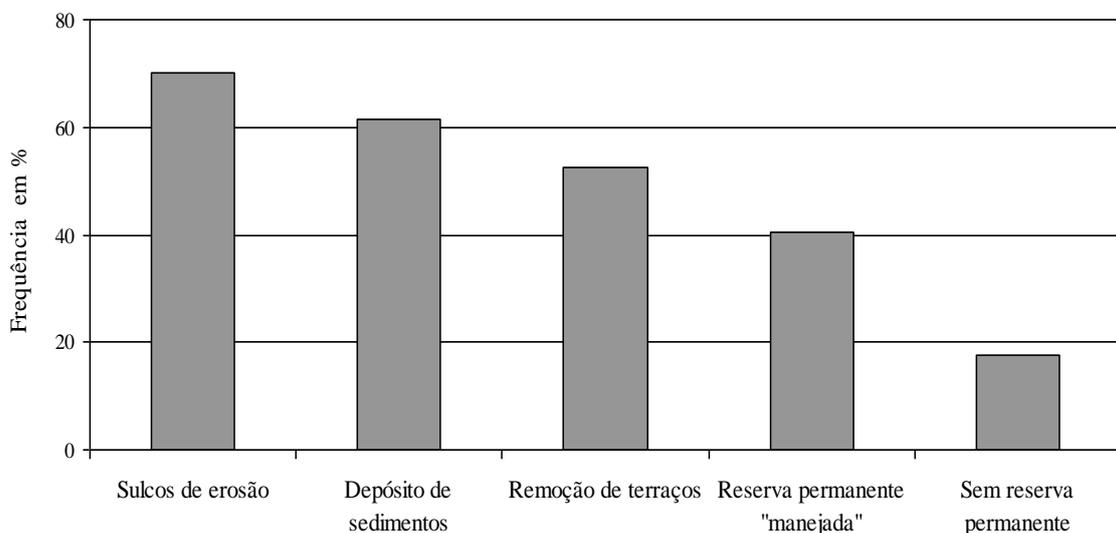


Figura 1 – Principais problemas de degradação do solo e do ambiente verificados nas microbacias estudadas.

Os sulcos de erosão foram muito frequentes em todas as categorias propostas (pequenos, médios e grandes) porém não foram verificadas voçorocas, o que pode ser considerado um indício de que os processos erosivos não estão ocorrendo a um longo período de tempo. Os bancos de sedimentos foram encontrados com mais frequência no terço final das encostas quando havia mata ciliar, indicando o papel de filtro que esta pode exercer. A não

verificação de bancos de sedimentos nos terços médio e superior da encosta pode ser devida a época de realização da coleta de dados, após o plantio da cobertura de inverno. Com relação a remoção de terraços constatou-se tanto a prática de remoção parcial quanto total dos terraços, mas a remoção total foi verificada em apenas três propriedades. Nos casos de remoção parcial, em 82% dos casos foram retirados metade dos terraços de forma intercalada (retira um e deixa um) com o objetivo de aumentar a área livre entre eles e nos 18% restante foram verificados outros arranjos, como retirar dois e deixar um, deixar apenas o superior e inferior, deixar apenas um no terço médio da encosta.

Foram verificadas poucas propriedades sem mata ciliar, mas o elevado número de propriedades que tiveram a reserva permanente alterada recentemente é alarmante, pois é um indício da fragilidade do sistema de manutenção destes ambientes, baseado muito mais na aplicação de multas que na conscientização dos agricultores.

Quando questionados sobre a influência da implantação da usina nas suas decisões (Figura 2) a maior parte dos agricultores afirmou que considera esta possibilidade.

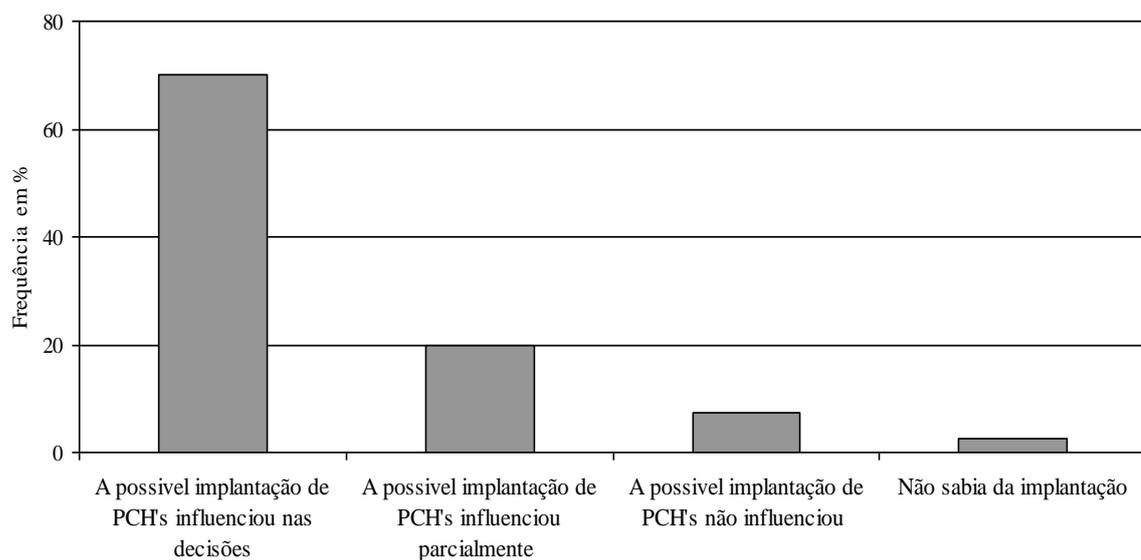


Figura 2 – Influência da possível implantação da Pequena Central Hidrelétrica nas decisões tomadas pelos agricultores das microbacias estudadas.

Para 70% dos agricultores saber que existe a possibilidade de criação de uma usina que ira afetar suas áreas de cultivo justifica o descaso com o manejo e conservação, tanto do solo quanto ambiental:

Não tenho mais gosto de cuidar daqui, a qualquer momento posso ter que deixar tudo prá traz, então tento só me manter mais a família (sic).

Para aqueles 20% cujo conhecimento do processo de licenciamento influenciou apenas parcialmente, as principais ações que são deixadas de lado dizem respeito justamente a conservação do solo:

Deixo as áreas de mata por que gosto dos bicho, dos passarinho, mas a terra, essa vai ficar em baixo da água (sic)

Mesmo nos casos em que as áreas de cultivo estão acima das cotas que poderiam ser atingidas pelo empreendimento, a difusão da notícia de que haverá a implantação de um PCH é imediatamente associada a idéia de inundação pela construção de barragem. Dos agricultores entrevistados, 78% afirma que depois que soube da possível implantação deixou de lado as práticas de manejo e conservação do solo, alguns até mesmo voltam a praticar o plantio convencional pois acreditam que é uma questão de tempo até suas terras serem inundadas.

Apenas 7,5% afirmam que suas decisões independem da possível implantação da PCH, e justificam de outras formas suas decisões:

Tirei os terraços pra facilitar com o maquinário, eu alugo as máquinas pra plantar e pra colher, se não tirasse não conseguia mais ninguém pra vim fazer o serviço (sic).

Ou ainda:

Tirei um pouco da mata lá de baixo (mata ciliar, reserva permanente) eu empurrei ela mais pro rio. É a única área mais plana pra plantar (sic).

Somente um agricultor afirmou não saber da possível implantação da PCH's e justificou suas decisões pela dificuldade de financiamento e necessidade de alugar maquinário para plantio e colheita. Com relação a presença dos sulcos de erosão e depósitos de sedimento, o mesmo afirmou que se deviam aos intensos períodos de chuva dos dois últimos anos.

Ao serem perguntados sobre como haviam sido comunicados da possibilidade da implantação da PCH's a maioria informou ter ouvido a notícia em algum veículo de

comunicação (radio, jornal ou televisão) e ter comentado a mesma com amigos e vizinhos da mesma comunidade (Figura 3). A forma mais comum é através do rádio, meio de comunicação mais acessível no meio rural. Em seguida estão as notícias no jornal impresso e as conversas e discussões com os demais moradores da bacia. Quanto a este último, era comum os agricultores entrevistados deixarem transparecer em suas falas a insegurança quanto ao processo e a divergência de opiniões. Alguns consideram o processo como certo:

Pode ser que não seja agora, já, mas é uma questão de tempo e um dia vai ter a tal da usina (sic).

Eu não acredito que venha. Não digo nem que é bom, nem que é ruim. Só digo que não acredito que venham instalar logo aqui uma usina (sic)

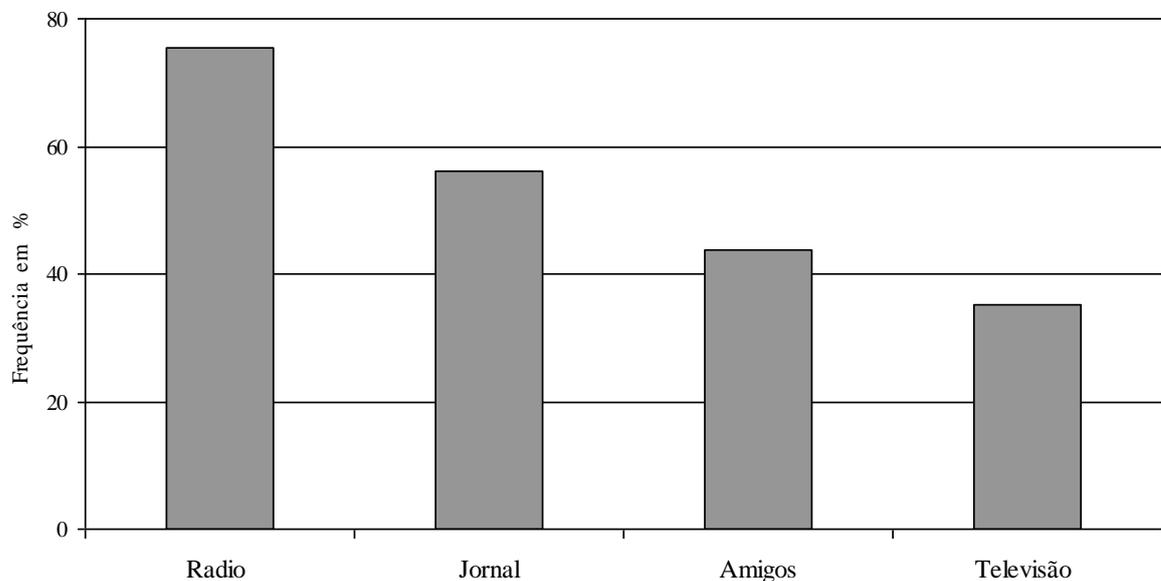


Figura 3 –Principais fontes de notícias a respeito da possível implantação da Pequena Central Hidrelétrica que chegam até os agricultores das microbacias estudadas.

Nenhum deles afirmou ter recebido alguma comunicação oficial direcionada a comunidade que poderá ser atingida para esclarecer os fatos. Isto demonstra que o espaço reservado a comunicação vem sendo sub-utilizado neste processo. Os agricultores sequer tem a clareza de que nem todas as área serão atingidas, e conseqüentemente nem todas terão necessidade de remoção/indenização.

COMUNICAÇÃO SOCIAL EDUCATIVA E PARTICIPATIVA

As idéias de libertação tiveram êxito nos anos 70, época em que por causa da ditadura os movimentos sociais e as classes populares estavam silenciadas. Foi a partir de princípios marxistas, utilizando metodologias inspiradas na pedagogia de Paulo Freire, que surgiu um modelo de comunicação participativa (Santos, 2001).

Do marxismo o modelo incorporou a necessidade de mudança para a construção de uma sociedade igual. Da pedagogia de Freire, foi incorporado o diálogo para que aconteça o desenvolvimento da consciência crítica. Nesse contexto, a comunicação é vista como via dupla, onde o receptor e a fonte são iguais e ambos de forma recíproca buscam a compreensão.

Com essa nova concepção de comunicação participativa, baseada no diálogo, desaparece noções como o *feedback* dos modelos tradicionais de comunicação. Perde-se também o conceito de fonte e receptor, que é substituído pelos interlocutores, pois ambos se afetam mutuamente e ao mesmo tempo.

A comunicação participativa está inserida em uma série de elementos problematizadores como o fato de que os meios de comunicação reforçam as relações sociais existentes e conseqüentemente, dão mais importância aos interesses das classes dominantes. Alguns dos pesquisadores da comunicação participativa, como Bordenave e Carvalho, afirmaram que esse modelo só poderia acontecer em algum regime político que não fosse o capitalismo. Entretanto, descobriu-se que era possível desenvolver ações de comunicação por meio de canais alternativos, capazes de alargar os esforços pelas liberdades democráticas.

Bordenave, *apud* Santos (2001, p.5) propõe as seguintes ações para tornar viável essa proposta. Primeiro é preciso promover o processo de conscientização do papel político da comunicação e da educação, para que aumentem o espaço participativo no planejamento, na legislação, na educação. Segundo é fundamental realizar pesquisas sobre o funcionamento da comunicação participativa em diferentes segmentos da sociedade como a família, os partidos políticos e etc. Terceiro, difundir a literatura sobre a comunicação participativa, a fim de descobrir também formas de agregá-la ao sistema dominante. E por último, segundo o autor, é preciso adotar o diálogo como norma fundamental e exemplo de nosso comportamento pessoal e profissional.

A comunicação participativa é um processo social, onde sujeitos com os mesmos interesses constroem discursos que servem para modificar o real, como as estruturas de poder,

comunicação e cultura dominantes, é um processo educativo que parte da análise da realidade, reage à ideologia dominante e gera mobilização popular para a transformação social.

O processo de implantação de hidrelétricas gera uma séria de impactos socioambientais que precisam ser investigados e mitigados. O processo de licenciamento de empreendimentos com grande potencial poluidor ainda é autoritário. Isso se observa na prática e em estudos realizados sobre a participação dos interessados nos processos (Matiello, 2011). Um dos únicos canais oficiais, além da Justiça, que uma associação de moradores possui para tentar modificar o que é aprovado pelos órgãos licenciadores é a audiência pública, insuficiente para aprofundar a discussão. Já a imprensa, acaba sendo o canal alternativo encontrado pelos que se sentem injustiçados.

O informar sempre está inserido em um contexto. Para Brandão e Carvalho (2003) a comunicação empresarial é estratégica, com o objetivo de modificar uma imagem negativa de uma instituição, por exemplo, junto aos seus públicos. Kunsch (1997) explica que a comunicação tem ainda o poder de provocar mudanças organizacionais, em casos de problemas com a imagem. E os termos, comunicação empresarial e organizacional são usados indistintamente para designar o trabalho de comunicação realizado nas organizações de modo geral, onde as subpartes da empresa se conectam entre si.

É uma das tarefas do jornalismo empresarial organizar os fluxos de informações. O setor se insere no sistema jornalístico, que faz parte do macrosistema da comunicação social. Para Kunsch (2003) a área empresarial é vista como uma proposta especializada da atividade jornalística “as organizações, mais do que nunca, têm de ter uma macrovisão de suas políticas e atitudes, não se fechando em seu mundo individual e em torno da vontade de ter lucros” (Kunsch, 2003, p.191).

No caso de empreendimento com grandes impactos socioambientais, a macrovisão pode ser uma forma de evitar diversas reações contrárias de movimentos sociais, políticos e moradores diretamente envolvidos nas construções. Sem contar que a informação deve estar subordinada a objetivos das empresas mais amplos que o simples interesse de noticiar.

Outra contribuição de Kunsch (2003) diz respeito à comunicação estratégica. As ações vão ser planejadas tendo como base as demandas sociais e competitivas, as ameaças e as oportunidades, para que os resultados do futuro sejam os melhores possíveis.

Na implantação das hidrelétricas, os impactos sociais não se resumem ao perder a terra e sim, a perda da condição de camponês do morador. Vários aspectos contribuem para isso, como o fato dos empreendedores negociarem em particular com cada família, dificultando as

lutas dos movimentos sociais (Rossato, 2008)

As empresas com concessões para instalação de hidrelétricas possuem vantagens na divulgação na mídia. Primeiro, porque contratam profissionais exclusivamente para se dedicar a esse trabalho, ao contrário dos movimentos sociais e moradores atingidos. No entanto, na maioria das vezes estes profissionais trabalharam meramente em prol da imagem da empresa, não estabelecendo o menor vínculo com a função a que se destina a comunicação social na legislação, a saber, de informar, media conflitos, subsidiar associações e lideranças para melhor pleitearem seus direitos. Os moradores diretamente atingidos pelas barragens acabam excluídos das coberturas da mídia já que normalmente não são seu público-alvo, seu leitor e comprador dos produtos culturais. Quando populares saem nas mídias tradicionais são quase sempre protagonistas de escândalos, tragédias e crimes. Acabam sendo usados para aumento das vendas e da audiência. Os excluídos muitas vezes são retratados mais pelo exotismo de uma situação do que por sua luta no dia-a-dia pela sobrevivência (Vieira, 2003).

UMA POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO

O processo ganha em qualidade quando empregadas técnicas de comunicação direcionadas para públicos específicos, entretanto, é preciso considerar as particularidades antes mesmo de definir qual o melhor canal de comunicação que deve ser utilizado.

Na região do presente estudo a forma mais eficaz de informar os moradores da área rural diretamente atingida é por meio das rádios, pois quase a totalidade deles acompanha pelo menos uma das emissoras regionais. Uma segunda observação diz respeito ao nível de escolaridade, foi constatado que a maioria estudou apenas até o quarto ano do Ensino Fundamental. Esta informação deve ser considerada, pois ela direciona a comunicação, que deve acontecer com linguagem simples e clara e, em caso de panfletos, cartilhas e informativos, os textos precisam ser curtos e objetivos. Considerando informações como essas, por exemplo, é possível chegar mais perto do objetivo de informar.

Devem ser considerados a forma como os moradores se posicionam perante os novos empreendimentos, seus anseios e angústias. A insegurança é grande, como demonstrado por falas como “*tem coisas que precisam ser explicadas, porque não tenho certeza do que vai acontecer*”. Também percebe-se a necessidade da presença dos representantes da empresa quando o morador sugere que a comunicação ocorra por meio de reuniões, “*diretamente com pessoas da empresa*”.

Falar em conservação de solos para pessoas que sequer tem a certeza que continuarão cultivando as mesmas áreas, que temem por seus futuros e dos seus, devido a iminência de um processo de remanejamento compulsório seria no mínimo cruel e totalmente ineficiente. O que transparece nas falas dos agricultores é a pergunta “preservar por que?”. Ou seja não existe uma sensação de continuidade, fundamental para que o agricultor se interesse em manter a qualidade de suas terras, ao contrário, é perceptível ainda que de forma velada, uma intenção de retirar o máximo possível dos recursos naturais disponíveis, que no imaginário dos agricultores em pouco tempo deixarão de lhes pertencer. Além disto os agricultores são alijados do processo decisório, eles não sentem amparo ou confiança nas instâncias que definem o processo de implantação das PCHs ou UHs. Assim para qualquer ação que vise a conservação ambiental, em primeiro lugar é preciso que os agricultores envolvidos tenham confiança em seus interlocutores.

Em seguida é preciso elencar quais temas são prioritários em cada comunidade. Em algumas o maior problema pode ser o abandono do correto manejo e conservação do solo, mas em outras podem surgir outras questões. Também é preciso reflexão sobre o momento em que a comunicação torna-se obrigatória. Em alguns casos a etapa de licenciamento chega anos após a etapa de levantamento de potencialidades e inventário. Para muitos dos fatores envolvidos este lapso de tempo pode ser fatal. Para o solo, por exemplo, uma vez que o processo de degradação se instale o mesmo tende a aumentar em ciclos cada vez mais rápidos. Assim, se não for revertido o processo em tempo hábil, é possível que quando chegar o momento da comunicação atuar, já não seja mais viável a recuperação do mesmo.

CONCLUSÕES

Averiguou-se que a comunicação social é uma exigência relativamente nova na legislação para esse tipo de empreendimento, o que dificulta sua ampla utilização, tanto pela falta de costume neste sentido quanto pelo momento em que a mesma passa a ser obrigatória, no processo de licenciamento ambiental da área, quando muitos dos processos de degradação do solo já estão instalados.

Considerando o contexto nacional e a legislação vigente, acredita-se que é no espaço acadêmico que processos desse tipo devem ser pensados e aprimorados, através da elucidação das tarefas e autores principais na formulação social dos problemas ambientais. Para a passagem dos problemas ambientais de condições para assuntos, e posteriormente para

condicionantes da elaboração de políticas, a visibilidade midiática é crucial. Sem a mídia dificilmente os problemas vão fazer parte do processo político.

Porém, para ganhar destaque o problema deve ressoar nos conceitos culturais existentes, deve passar pelas agendas da política e ciência para receber legitimação. Os processos de degradação do solo poderiam ser evitados se associados a esta premissa, a comunicação social fosse conduzida dentro de uma concepção de comunicação participativa.

Os estudos que estamos desenvolvendo demonstram a necessidade de se garantir em lei e por meio de fiscalizações, o cumprimento da legislação ambiental que diz respeito à comunicação, pois ela pode contribuir efetivamente para a minimização dos impactos sociais nas comunidades atingidas. Na maioria dos casos a comunicação é relegada a segundo plano, não é pensada e formulada como estratégia de minimização dos impactos sociais. Caso a legislação obrigasse a correta informação de temas polêmicos como os citados acima, as empresas seriam forçadas a cumprir as normas e ainda, a fiscalização das ações seria facilitada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, E.; CARVALHO, B. Imagem corporativa: marketing da ilusão. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. São Paulo: Atlas, 2003

BURIAN, P.P. **Do estudo do impacto ambiental à avaliação ambiental estratégica – Ambivalências do processo de licenciamento ambiental do setor elétrico**. Tese(Doutorado em Ciências Sociais). 2006. 219 p. Universidade Estadual de Campinas - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2006.

COPEL. **Estudo de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Chopim, Paraná**. COPEL, 1999.

FRANCESCATO, A. N. **A importância da comunicação grupal para a participação dos agricultores na implantação do agroturismo no município de -Derrubadas, RS**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP9FRANCESCATO.PDF>>. Acesso em 23.02.2012.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, M. M. K. **Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional**. São Paulo: Summus, 1997.

MATIELLO, C. Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da usina Hidrelétrica de Itaipu. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SANTOS, M. S. T. Comunicação participativa e ação libertadora: marxismo e cristianismo combinados na teoria da comunicação dos anos 70 e 80. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Comunica%C3%A7%C3%A3o_participativa_e_a%C3%A7%C3%A3o_libertadora:_marxismo_e_cristianismo_combinados_na_teor%C3%A7a_da_comunica%C3%A7%C3%A3o_dos_anos_70>. Acesso em 15/02/2012.

VIEIRA, M. Estudos de Jornalismo e Relações Públicas. Jornalismo social: a voz aos excluídos. São Bernardo do Campo: UNESP, 2003.